

CHISSANO RELANÇA ESTUDO DA REVISÃO DA CONSTITUIÇÃO

O comício tinha em vista a apresentação de três pontos principais, nomeadamente o anteprojecto de revisão da Constituição, o problema da paz e as decisões do 5.º Congresso do Partido, realizado o ano passado. Por esta ordem, o Chefe do Estado apresentou os temas, detalhando o máximo possível para tornar clara a importância e as alterações que poderá sofrer por exemplo a Constituição.

IMPORTANCIA DA CONSTITUIÇÃO

O Chefe do Estado começou por explicar o que é a Constituição, dizendo que ela é a Lei fundamental de um país, Lei fundamental de todo o povo e de todas as camadas sociais, de todos os cidadãos e de todas as organizações sociais e instituições, em que assentam os princípios e as regras de organização da vida de uma sociedade.

O Estado, ele próprio, enquanto instrumento do poder político é definido pela Constituição e esta sujeito à Constituição. Os cidadãos têm os seus direitos fundamentais consagrados na Constituição, assim como os seus deveres, explicou o Presidente, acrescentando que além do Estado e dos cidadãos, todas as instituições, todas as associações, organizações sociais e formas de vida colectiva dos cidadãos estão cobertas e abrangidas pelas normas da Constituição.

— Por isso se diz que a Constituição é a Lei fundamental de todo o país, e todos os países têm uma Constituição — disse o Presidente.

Na sua exposição exaustiva sobre a importância da Constituição que se propõe rever, o Chefe do Estado disse: "esta é a Lei principal do Estado por ser nela onde se define a natureza do poder do Estado, por ser nela que se diz a quem pertence o poder político e como ela é exercido.

— Nela transparece se o poder pertence à minoria ou à maioria do povo, se o poder é reservado a um grupo de cidadãos ou se é dado a exercer por todo o povo e ainda se se vive debaixo de uma ditadura, ou de uma oligarquia, ou se, pelo contrário, se tem uma democracia com a participação de todos — diria o Presidente Chissano. Ele afirmou que a Constituição define, também, se um regime político e de governação de um país é uma monarquia, uma República, se se adoptou um regime parlamentar, ou se se adoptou um regime presidencial, se se pretende a separação dos poderes ou se se prefere a unidade do poder.

Outra importância atribuída à Constituição prende-se sobretudo com o facto dela delinir quais os objectivos que o Estado deve realizar. Explicou o Chefe do Estado que é assim que se diz, por exemplo, que as Constituições são programáticas, porque definem as finalidades e os objectivos a alcançar e estabelecem as grandes linhas de orientação para o Estado.

Na Constituição, que vai ser revista, define-se também o que deve ser

domínio da acção do Estado e o que deve ser atribuído como domínio da sociedade e dos cidadãos e se regula como é que o Estado intervém na ordenação da vida social e até onde deve ir essa intervenção. Que poderes e direitos tem o Estado face aos cidadãos e quais são os limites e os deveres que o Estado tem de respeitar para não ferir os direitos dos cidadãos são outros dos pontos estabelecidos na Constituição.

O Presidente Chissano apresentou uma longa lista de pontos importantes a serem introduzidos, alterados ou simplesmente reforçados na actual Constituição do país, nomeadamente sobre a soberania do povo, a democracia, justiça social, os objectivos do Estado, sobre o Estado de direito, a organização da vida económica e social e a afirmação da personalidade cultural moçambicana. Foram também abordadas questões relacionadas com a política externa do país, designadamente o não alinhamento, questões ligadas à institucionalização do Estado, o monopartidarismo e o pluripartidarismo.

APROFUNDAMENTO

DA SOBERANIA

O anteprojecto da revisão da Constituição cuja discussão popular é agora relançada consagra o aprofundamento da soberania do povo que vai manifestar-se através da possibilidade de o povo escolher directamente os seus representantes no poder político. Com a aprovação da proposta de revisão da Constituição, o povo vai eleger directamente os deputados da Assembleia Popular e o Presidente da República. Vai igualmente ser institucionalizada outra forma de exercício da soberania, que é o referendo que consiste em consultar o povo sobre assuntos de grande importância nacional para que os cidadãos deem a sua contribuição.

O anteprojecto da revisão da Constituição define o Estado moçambicano como um Estado de justiça social e neste capítulo pretende-se fundamentar com as alterações a introduzir que a acção do Estado tenha em conta a situação das camadas mais desfavorecidas e que não as deixe desprotegidas.

A propósito, o Chefe do Estado disse que o estado de desenvolvimento que vivemos é caracterizado por enormes carências e dificuldades cuja solução ainda vai levar anos a resolver. Segundo Chissano, um Estado de justiça social deve procurar desempenhar um papel que permite dar condições para resolver os problemas fundamentais da maioria dos cidadãos. Conforme frisou através de vários artigos do anteprojecto procura-se salvaguardar os interesses da maioria do povo, no que respeita à alfabetização e educação, saúde e assistência médica sanitária, trabalho e segurança social.

ESTADO DE DIREITO

— Um Estado de justiça social que

combinar-se harmoniosamente a participação dos cidadãos e a participação do Estado na solução das principais tarefas do desenvolvimento, do progresso, da criação do bem-estar material e espiritual, individual e colectivo — disse o Presidente Joaquim Chissano.

Com o ponto referente ao desenvolvimento do Estado de Direito introduzido no anteprojecto da Constituição pretende-se fazer respeitar, segundo o Chefe do Estado, por todos as liberdades pessoais, públicas, direitos humanos ou liberdades individuais. A Constituição actual consagra já um leque de direitos, mas o anteprojecto amplia-os.

Temos agora contemplado o direito à vida, que significa que os tribunais não aplicarão a pena capital, ou seja sentenças de morte. Temos o direito à integridade física, a não sujeição a tortura, a tratamentos cruéis ou desumanos, o direito à honra, ao bom nome, à reputação, à defesa da nossa imagem pública e à reserva da nossa vida privada.

No anteprojecto de revisão da Constituição estão ainda contemplados aspectos como o direito de acesso a recursos aos tribunais pelos cidadãos contra os actos que violem os seus direitos reconhecidos pela Constituição e pela lei, que é um dos sistémicos do Estado de Direito e confere a garantia de que todo aquele que se sinta prejudicado nos seus direitos fundamentais possa recorrer aos órgãos judiciais para obter a sua reparação e reposição.

No conjunto dos direitos que a Constituição fixa, ressalta a indemnização que o Estado deve suportar pelos danos causados aos cidadãos por acção ilegal dos seus agentes.

O Chefe do Estado fez referência a garantias individuais, a garantias dos cidadãos em processo penal, a presunção de inocência dos arguidos e não retroactividade da lei penal, o direito à defesa entre outros direitos.

AMPLIAÇÃO DA DEMOCRACIA

O anteprojecto da Constituição propõe ainda que o Presidente da República e a Assembleia Popular passem a ser constituídos através de eleições, o que significa que todos os cidadãos vão votar para escolher o Presidente e os deputados da Assembleia Popular, através do sufrágio universal.

O Presidente Joaquim Chissano falou ainda no comício da necessidade de se estudar e avançar com a aplicação das decisões do 5.º Congresso do Partido, que são a via para a solução dos problemas que o país atravessa. Chissano recordou que os problemas foram discutidos antes e durante o Congresso e as fórmulas para a sua solução estão já identificadas. Foram tomadas decisões que é necessário implementar.

O Presidente da República anunciou que o Conselho de Ministros acaba de aprovar um decreto sobre suplemento de vencimento por agregado familiar.

te no país e achou que era preciso fazer alguma coisa para as pessoas mais desfavorecidas e que sofrem com maior gravidade as consequências da aplicação das medidas económicas em curso no país.

Outro decreto em estudo diz respeito a pensão alimentar para as pessoas idosas.

Na parte final do seu discurso, o Presidente referiu-se à presente situação do processo de paz, os obstáculos que têm sido encontrados para o estabelecimento de um diálogo directo com os bandidos armados.

Chissano reafirmou a disposição do Governo do nosso país de dialogar com os dirigentes da dita Renamo, na base do respeito dos princípios já definidos, nomeadamente o respeito da República Popular de Moçambique, da Constituição e todas as leis que dela emanam.

Os cabecilhas da dita Renamo que, segundo o Chefe do Estado, que a sua organização seja reconhecida como um partido, negando deste modo o diálogo com o Governo e, em contrapartida, exigindo conversações com o Partido Frelimo.